



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681070 - PE (2021/0223050-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : ANTONIO NOGUEIRA LEITE
PACIENTE : BRUNO FERREIRA DE SANTANA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANTONIO NOGUEIRA LEITE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (Apelação Criminal n. 0533350-6).

Os pacientes foram pronunciados pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c o art. 29, ambos do Código Penal. Submetidos ao Tribunal do Júri, os réus foram absolvidos por negativa de autoria.

O recurso de apelação interposto pelo *Parquet* local foi provido, anulando-se a absolvição. Entendeu o colegiado que a decisão do conselho de sentença distanciou-se dos fatos constantes nos autos.

A impetrante sustenta que os jurados, no tribunal popular, poderiam decidir com base na íntima convicção, podendo até mesmo absolver por clemência. Ressalta, ainda, que, existindo mais de uma versão no processo, o júri seria livre para escolher uma delas.

Defende a soberania dos veredictos, prevista na Carta Maior.

Requer, liminarmente e no mérito, a anulação do acórdão com a consequente manutenção da decisão do Conselho de Sentença.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente